



WHITEPAPER
PORTOS
NO BRASIL

CESCONBARRIEU



CENTRO DE INTELIGÊNCIA JURÍDICA

SUMÁRIO

PORTOS NO BRASIL – VISÃO GERAL DO SETOR ————— 3

COMPETÊNCIA
O SETOR PORTUÁRIO EM NÚMEROS
MAIORES PORTOS DO BRASIL (EM VOLUME DE CARGA)
PRINCIPAIS CARGAS MOVIMENTADAS
INVESTIMENTOS PREVISTOS

ASPECTOS REGULATÓRIOS DO SETOR ————— 5

PRINCIPAIS NORMAS DO SETOR
PRINCIPAIS AGENTES
TIPOS DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA
FORMAS DE EXPLORAÇÃO PELO SETOR PRIVADO
ESTRUTURA ATUAL DE EXPLORAÇÃO PORTUÁRIA
PIPELINE DE PROJETOS NO ÂMBITO DOS PORTOS ORGANIZADOS

PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LEI DE PORTOS ————— 10

VISÃO GERAL DO SETOR

COMPETÊNCIA

A competência pela exploração dos portos marítimos, fluviais e lacustres no Brasil é da União federal,¹ que poderá explorá-los diretamente ou indiretamente, mediante delegação à iniciativa privada pelos institutos da autorização, concessão ou permissão.

O SETOR PORTUÁRIO EM NÚMEROS

A movimentação **de cargas portuárias** entre janeiro e outubro de 2025 totalizou **1.159,6 milhões de toneladas**,² o que corresponde a um crescimento de 3,25% em relação ao mesmo período de 2024.

MAIORES PORTOS DO BRASIL

(CARGA MOVIMENTADA - MILHÕES DE TONELADA)

TERMINAL MARÍTIMO DE PONTA DA MADEIRA	141,9
SANTOS	119,4
TERMINAL DE TUBARÃO	70,4
TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ANGRA DOS REIS	57,9
PARANAGUÁ	55,2

Fontes: Estatístico Aquaviário - ANTAQ

¹Art. 21, inc. XII, da CF.
²Disponível em: Link. Acesso em: 09.12.2025.

PRINCIPAIS CARGAS MOVIMENTADAS³

CARGA	QUANTIDADE (JAN-OUT 2025)
 MINÉRIO DE FERRO	348,2 MILHÕES DE TONELADAS
 PETRÓLEO E DERIVADOS	183,2 MILHÕES DE TONELADAS
 SOJA	136,0 MILHÕES DE TONELADAS
 CONTÊINERES	131,1 MILHÕES DE TONELADAS
 PETRÓLEO E DERIVADOS (SEM ÓLEO BRUTO)	69,2 MILHÕES DE TONELADAS

Fontes: Estatístico Aquaviário - ANTAQ

Segundo a Secretaria Nacional de Portos, o setor já representa a 26% do PIB do Brasil,⁴ reafirmando a sua importância estratégica para o país.

INVESTIMENTOS PREVISTOS

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (“PAC”) estima a realização de investimentos no setor na ordem de

+R\$ 50
BILHÕES ATÉ 2030

³Disponível em: Link. Acesso em: 16.12.2025.

⁴Disponível em: Link. Acesso em: 09.12.2025.

⁵Disponível em: Link. Acesso em: 09.12.2025.

ASPECTOS REGULATÓRIOS DO SETOR

PRINCIPAIS NORMAS DO SETOR

A exploração dos portos e instalações portuárias no Brasil é regulada atualmente pela **Lei nº 12.815/2013** e pelo **Decreto nº 8.033/2013**.

PRINCIPAIS AGENTES



UNIÃO FEDERAL

Competência pela exploração dos portos de forma direta ou indireta



SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (“SNPTA”)

Vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos

Tem como competência a formulação e **implementação de políticas nacionais para o setor portuário, e a coordenação de assuntos internacionais relacionados à infraestrutura portuária.**

Responsável pela elaboração de planos de outorga e investimentos no setor, bem como pela proposta e monitoramento de ações que visem ao desenvolvimento e aprimoramento dos serviços prestados nos portos do país.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (“ANTAQ”)

Agência Reguladora responsável pela fiscalização e regulação do setor.

Elaborar e editar normas e regulamentos relativos à prestação de serviços de transporte e à exploração da infraestrutura aquaviária e portuária

Elaborar editais e instrumentos de convocação e promover os procedimentos de licitação e seleção para concessão, arrendamento ou autorização da exploração de portos organizados ou instalações portuárias.

TIPOS DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA

TUP

Terminal de Uso Privado: instalação portuária **localizada fora da área portuária organizada** e operada por autorização concedida pela ANTAQ.

ESTAÇÃO DE
TRANSBORDO DE
CARGA

Instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para **operação de transbordo de mercadorias** em embarcações de navegação interior ou cabotagem.

INSTALAÇÃO
PORTUÁRIA
PÚBLICA DE
PEQUENO PORTE

Instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em **movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior**.

INSTALAÇÃO
PORTUÁRIA DE
TURISMO

Instalação portuária explorada mediante **arrendamento ou autorização** e utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo.

PORTO
ORGANIZADO

Bem público construído e equipado para atender às necessidades de navegação, movimentação de passageiros ou movimentação e armazenamento de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estão sob a jurisdição de uma autoridade portuária.

Área delimitada por ato do Poder Executivo.

FORMAS DE EXPLORAÇÃO PELO SETOR PRIVADO

CONCESSÃO	AUTORIZAÇÃO	ARRENDAMENTO
CONCEITO Cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura	CONCEITO Outorga de direito à exploração de instalação portuária localizada fora da área do porto organizado	CONCEITO Cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado
CARACTERÍSTICAS Formalizada mediante contrato de concessão, sempre precedida de licitação pública. Prazo de até 70 anos, incluindo todas as prorrogações. Findo o prazo contratual, os bens vinculados reverterão ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato	CARACTERÍSTICAS Formalizada por contrato de adesão. Prazo de até 25 anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que: (i) a atividade portuária seja mantida; e (ii) o autorizatário promova investimentos para a expansão e modernização das instalações portuárias. Utilizada para a exploração de: (i) terminal de uso privado; (ii) estação de transbordo de carga; (iii) instalação portuária pública de pequeno porte; e (iv) instalação portuária de turismo.	CARACTERÍSTICAS Formalizada mediante contrato de arrendamento, precedido, em regra, de licitação. Prazo de vigência de até 35 anos, prorrogáveis por até 70 anos. Findo o prazo contratual, os bens vinculados serão revertidos ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato.

ESTRUTURA ATUAL DE EXPLORAÇÃO PORTUÁRIA

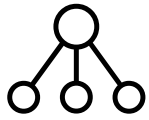


⁶Disponível em: Link. Acesso em 08.12.2025.
⁷Disponível em: Link. Acesso em 08.12.2025.
⁸Disponível: Link. Acesso em 11.12.2025
⁹Disponível em: Link Acesso em 16.12.2025.

PIPELINE DE PROJETOS NO ÂMBITO DOS PORTOS ORGANIZADOS

Existem atualmente no Brasil 15 (quinze) projetos no pipeline – incluindo aqueles em fase de estudos, bem como em fase licitatória (editais de licitação publicados).¹⁰

Os projetos estão divididos em 2 (duas) categorias, principalmente:



NOVOS ARRENDAMENTOS

11 PROJETOS

MCP01

Localidade: Santana/AP

Status: Aprovado pelo TCU em setembro

Perfil da carga: Granel Sólido Vegetal

Valor do Contrato: R\$ 1.109.382.000,00

VDC29

Localidade: Vila do Conde/PA

Status: Aprovado pelo TCU em maio

Perfil da carga: Granel Sólido Vegetal

Valor do Contrato: R\$ 4.982.765.000,00

IQI16

Localidade: Itaqui/MA

Status: Projeto em análise pelo TCU

Perfil da carga: Granel Sólido Mineral

Valor do Contrato: R\$ 2.146.626.863,28

MUC04

Localidade: Fortaleza/CE

Status: Projeto em análise pelo TCU

Perfil da carga: Carga Containerizada

Valor do Contrato: R\$ 7.046.464.000,00

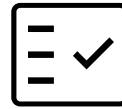
NAT01

Localidade: Natal/RN

Status: Aprovado pelo TCU em setembro

Perfil da carga: Granel Sólido Mineral

Valor do Contrato: R\$ 875.536.200,00



NOVAS CONCESSÕES

4 PROJETOS

PORTO DE SANTOS

Projeto: Concessão do Porto

Status: Edital de licitação previsto para ser publicado no 4º trimestre de 2026.

Importância: O Porto de Santos é o segundo maior porto do país em volume movimentado.

CANAL DE ACESSO AQUAVIÁRIO AO PORTO DE SANTOS

Projeto: Concessão do acesso aquaviário ao porto de Santos, que conta com 25 km de extensão.

Status: Consulta Pública prevista a ocorrer no início de 2026.

PORTO DE ITAJAÍ

Projeto: Concessão da operação e administração da infraestrutura de acesso à hidrovia do Porto.

Status: Em análise pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

SALVADOR, ARATU-CANDEIAS E ILHÉUS

Projeto: Concessão parcial de três complexos portuários, os de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus.

Status: Em análise pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

¹⁰Disponível em: ANTAQ e BNDES. Acesso em: 09.12.2025.



TMP RECIFE

Localidade: Recife/PE

Status: Projeto em análise pelo TCU

Perfil da carga: Passageiros

Valor do Contrato: R\$ 81.335.000,00

RDJ06A

Localidade: Rio de Janeiro/RJ

Status: Projeto em análise pelo TCU

Perfil da carga: Granéis líquidos não inflamáveis

Valor do Contrato: R\$ 428.628.461,89

SSZ33E

Localidade: Santos/SP

Status: Projeto apresentado em abril/2025

Perfil da carga: Carga Geral

Valor do Contrato: R\$ 404.042.000,00

STS08

Localidade: Santos/SP

Status: Aprovado pelo TCU em agosto

Perfil da carga: Granel Líquido

Valor do Contrato: R\$ 2.804.721.000,00

TECON SANTOS 10

Localidade: Santos/SP

Status: Projeto em análise pelo TCU

Perfil da carga: Granel Granel

Valor do Contrato: R\$ 43.646.514.000,00

SSZ33E

Localidade: Santos/SP

Status: Projeto apresentado em abril/2025

Perfil da carga: Carga Geral

Valor do Contrato: R\$ 404.042.000,00

PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LEI DE PORTOS

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 733/2025, que visa alterar a Lei nº 12.815/2013, que regula atualmente o setor de portos.

Dentre as mudanças trazidas pelo PL, destacamos:



AMPLIA A COMPETÊNCIA DA ANTAQ

A ANTAQ deve (i) tornar-se a autoridade concedente para portos privados, (ii) regulamentar os terminais portuários alfandegários e (iii) regulamentar os contratos de arrendamento, tais como alterações na área, carga movimentada e unificação de contratos.



CÂMARA DE AUTORREGULAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Autoriza a criação de câmara com poderes para criar normas privadas aplicadas às relações dos atores dos setores portuário e aquaviário e resolução de seus conflitos.



LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Propõe um licenciamento ambiental integrado para os terminais. Pelo PL, licenciamento ambiental do porto público dispensa a licença ambiental individualizada para instalação de terminal portuário e de cruzeiros.



MUDANÇAS NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS PORTUÁRIAS

Busca flexibilizar a contratação de mão de obra para trabalhar nos portos.



MAIOR LIBERDADE TARIFÁRIA

Sugere que os preços a serem praticados pelos arrendatários e autorizatários sejam negociados livremente, nos termos da Lei de Liberdade Econômica.

SÓCIOS

Diogo Albaneze ⊕
diogo.albaneze@cesconbarrieu.com.br

Luciano Souza ⊕
luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

Rafael Baleroni ⊕
rafael.baleroni@cesconbarrieu.com.br

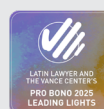
CESCON BARRIEU

Atuamos de forma integrada em todas as áreas do direito, compreendendo o impacto de cada decisão jurídica no contexto mais amplo dos negócios. Antecipamos riscos, simplificamos a complexidade, combinando tecnologia, dados e inteligência.

Assumimos um compromisso com a excelência, a inovação e a entrega de valor real aos nossos clientes. Mais do que conhecimento técnico, acreditamos que o diferencial está na conexão inteligente entre experiência, proximidade e visão estratégica.

Com atuação global, seguimos fortalecendo relações de confiança e construindo estratégias jurídicas que impulsionam o crescimento sustentável dos nossos clientes. É assim que consolidamos o Cescon Barrieu como Centro de Inteligência Jurídica.

→ CONHEÇA NOSSO POSICIONAMENTO



São Paulo - SP
Av. Brigadeiro Faria
Lima 949 - 10º andar

Rio de Janeiro - RJ
Praia de Botafogo, 228
15º andar A

Belo Horizonte - MG
Rod. Stael Mary Bicalho
Motta Magalhães 521
15º andar

Brasília - DF
SH/Sul Quadra 06
Cj. A, Bloco A
Sala 506

Salvador - BA
Av. Tancredo Neves, 450
Cj. 2401

Toronto - ON
1 King Street W
Suite 4800, 251

Todos os direitos reservados. Este material não deverá ser divulgado ou distribuído para qualquer terceiro sem o consentimento prévio e expresso de Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados.



